



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
ACÓRDÃO/DECISÃO MONOCRÁTICA
REGISTRADO(A) SOB Nº

18

ACÓRDÃO



Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0022570-34.2017.8.26.0050, da Comarca de São Paulo, em que é apelante MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, é apelado [REDACTED].

ACORDAM, em 4ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Reconheceram a inconstitucionalidade formal do art. 4º da Lei nº 13.654, de 23 de abril de 2018, e suspenderam o julgamento do mérito do recurso. Determinaram a instauração de incidente de inconstitucionalidade com remessa ao Órgão Especial para apreciação, nos termos do art. 193 e seguintes do Regimento Interno deste E. Tribunal de Justiça. v.u.", de conformidade com o voto do(a) Relator(a), que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores LUIS SOARES DE MELLO (Presidente) e EUVALDO CHAIB.

São Paulo, 8 de maio de 2018.

EDISON BRANDÃO
RELATOR



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

4ª Câmara Criminal

Apelação Criminal com Revisão nº 0022570-34.2017.8.26.0050

Origem: 19ª Vara Criminal/Foro Central da Capital

Magistrado: Antônio Carlos de Campos Machado Júnior

Apelante: **MINISTÉRIO PÚBLICO**

Apelado: [REDACTED]

Voto nº 30111

ROUBO SIMPLES IMPRÓPRIO TENTADO - APELAÇÃO - Pleito Ministerial de reconhecimento da causa de aumento do emprego de arma (branca) - Superveniência da Lei posterior extirpando o inciso I do §2º do art. 157 do CP - RECONHECIDA a inconstitucionalidade formal do art. 4º da Lei nº 13.654, de 23 de abril de 2018 - SUSPENSO o julgamento do mérito do recurso e DETERMINAÇÃO da instauração de incidente de inconstitucionalidade com remessa ao Órgão Especial para apreciação, nos termos do art. 193 e seguintes do Regimento Interno deste E. Tribunal de Justiça.

Cuida-se de apelação interposta pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO** contra a r. sentença a fls. 144/146 que condenou o apelado à pena de 01 ano e 04 meses de reclusão, em regime inicial aberto, bem assim ao pagamento de 03 dias-multa, no piso legal, como incurso no art. 157, caput, c.c. o art. 14, II, ambos do Código Penal.

Irresignado, o Representante Ministerial recorreu (fls. 171/174); e, contrarrazoado (fls. 179/182), os autos foram remetidos a Douta Procuradoria Geral da Justiça para ofertar parecer (fls. 190/195).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

4ª Câmara Criminal

Após a revisão, os autos foram remetidos à mesa, e retirados de pauta para a análise da possibilidade de reconhecimento da *novatio legis in melius*, pela superveniência da Lei nº 13.654, de 23 de abril de 2018.

Relatei.

Após a remessa dos autos à mesa, fez-se necessária a retirada da pauta, pela entrada em vigor da Lei nº 13.654, de 23 de abril de 2018, que seria benéfica ao réu condenado pela prática de roubo com emprego de faca, por extirpar o anterior inciso I do §2º do art. 157 do Código Penal, não prevendo em seu texto a possibilidade da majoração da pena em relação ao roubo cometido com emprego de arma branca.

Contudo, verifica-se que a alteração padece de inconstitucionalidade formal por afrontar o processo legislativo.

Explico.

Conforme leciona o Ministro Alexandre de Moraes:

"O art. 5º, II, da Constituição Federal, consagra o princípio da legalidade ao determinar que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei. Como garantia de respeito a este princípio básico em um Estado Democrático de Direito, a própria Constituição prevê regras básicas na feitura das espécies normativas. Assim, o processo legislativo é verdadeiro corolário do princípio da legalidade, como analisado no capítulo sobre direitos



PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

4ª Câmara Criminal

fundamentais, que deve ser entendido como ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de espécie normativa devidamente elaborada de acordo com as regras de processo legislativo constitucional (arts. 59 a 69, da Constituição Federal). Assim sendo, a inobservância das normas constitucionais de processo legislativo tem como consequência a inconstitucionalidade formal da lei ou ato normativo produzido, possibilitando pleno controle repressivo de constitucionalidade por parte do Poder Judiciário, tanto pelo método difuso quanto pelo método concentrado (Moraes, Alexandre dr. Direito Constitucional - 22ª ed. - São Paulo: Atlas, 2007 p.691) g.n.

E o referido dispositivo possui exatamente o mencionado vício formal de inconstitucionalidade, que está suscetível a controle repressivo do Poder Judiciário.

Isso porque, ao se verificar a tramitação do PLS 149/2015, observa-se que em seu texto inicial havia, de fato, no art. 3º do referido PLS, datado de 24/03/2015, a previsão de revogação do inciso I do 2º do art. 157 do Código Penal.

Posteriormente, em 09/07/2015, o Relatório do Senador Antonio Anastasia, concluiu pela aprovação do projeto, também prevendo a revogação do inciso I do § 2º do art. 157 do Código Penal.

Contudo, no texto final da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o PLS nº 149/2015 foi alterado, eliminando o seu artigo 3º, que revogava a causa de aumento do inciso I, §2º do Código Penal, justamente para a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

4ª Câmara Criminal

manutenção da previsão legal de possibilitar a majoração da pena pelo aumento de armas que não de fogo, no caso, arma branca.

Em 08/11/2017, na 49ª Reunião Ordinária, o Senador Antonio Anastasia reformulou o relatório para acolher a Emenda de Autoria da Senadora Simone Tebet, que em nada alterou a supressão do artigo 3º do PLS 149/2015 anteriormente procedida, e, destarte, manteve a coexistência das duas causas de aumento, em 1/3 quando há o emprego de arma, e de 2/3, quando se trata do emprego de arma de fogo.¹

Assim, no texto de fato aprovado pelo Senado Federal, subsistia a majorante prevista no inciso I, do § 2º do art. 157 do Código Penal, persistindo o recrudescimento da pena pelo emprego de arma branca.

Contudo, a Coordenação de Redação Legislativa (CORELE), que tem como atribuições "supervisionar a revisão dos textos finais das proposições aprovadas terminativamente pelas Comissões, procedendo às adequações necessárias em observância aos preceitos de técnica legislativa previstos na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998; supervisionar a elaboração dos quadros comparativos das proposições em tramitação no Senado Federal e no Congresso Nacional, em cotejo com os textos da legislação vigente, das emendas apresentadas, da redação final aprovada e dos vetos presidenciais; disponibilizar na internet, para acesso público, os textos finais revisados das proposições aprovadas terminativamente pelas Comissões e os quadros comparativos das proposições em tramitação no Senado Federal e no Congresso

¹ Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/120274>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

4ª Câmara Criminal

Nacional; e executar atividades correlatas.", possivelmente entendeu pela existência de redundância entre a redação aprovada pelo Senado Federal, e retornou ao texto legal anterior, não aprovado, agora como art. 2º do PLS, a revogação da majorante do emprego de arma no delito de roubo.

No entanto, não há qualquer tautologia na persistência de ambas as causas de aumento de pena.

A arma branca é definida pelo art. 3º, inciso XI, do Decreto n. 3.665/2000 como sendo *"artefato cortante ou perfurante, normalmente constituído por peça em lâmina ou oblonga"*, e, embora seja comum inclusive em ambientes domésticos, coloca, sim, em risco a integridade física da vítima, não sendo raros os casos de homicídios e latrocínios praticados com emprego arma branca, de maneira que aquele que pratica o roubo com emprego da mencionada arma, obviamente deve ser tratado com maior rigor por parte do Estado do que aquele que o pratica o roubo apenas com grave ameaça.

E não por outra razão o art. 19 do Decreto-Lei 3.688/1941 não foi revogado, continuando a prever como contravenção penal a conduta de trazer consigo arma fora de casa, ou de dependência desta, sem licença da autoridade. Nesse sentido:

"PENAL E PROCESSO PENAL. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE. ART. 19 DA LEI DE CONTRAVENÇÕES PENAIAS. NÃO RECEPÇÃO DO PORTE DE ARMA BRANCA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ATIPICIDADE. JURISPRUDÊNCIA



PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

4ª Câmara Criminal

CONSOLIDADA EM SENTIDO CONTRÁRIO. MEDIDA CONCRETAMENTE FUNDAMENTADA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. 1. Não há inconstitucionalidade na Lei de Contravenções Penais, recepcionada pela Constituição Federal e tratada pela legislação atual como delito de pequeno potencial ofensivo, isto se aplicando inclusive ao delito do art. 19 da Lei de Contravenções Penais. 2. Evidenciado fundamento concreto e razoável de a medida socioeducativa seria adequada às condições pessoais do agente, inexistente constrangimento ilegal a ser constatado. 3. Agravo regimental improvido." (AgRg no HC 331.694/SC, Rel. Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, j. 03/12/2015).

Por outro lado, é nítido que o emprego de arma de fogo, tipo específico de arma, com uma letalidade muito superior, coloca em risco ainda maior a integridade física da vítima e deve ser punido com maior rigidez, o que justifica uma causa de aumento própria, diante da gravidade, mas não justifica a supressão da causa de aumento prevista no inciso I do §2º do art. 157 do Código Penal, cuja conduta continua mais grave do que a prevista pelo *caput* do mesmo dispositivo.

Não por outra razão, o artigo que previa a supressão do inciso I do §2º do art. 157 do Código Penal foi extirpado anteriormente à aprovação pelo Senado Federal, sendo aprovada, ao final, a coexistência das duas majorantes.

Nada mais lógico, e coerente inclusive, com momento em que o país vive, que o inciso I do §2º do art. 157 do Código Penal continue a ter vigência, sendo absurda a liberação do uso de arma branca, no país que mais se mata com qualquer tipo de arma, em todo mundo.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

4ª Câmara Criminal

Assim, no caso em tela, é fato que o PLS 149/2015 foi apresentado com a supressão do inciso I do §2º do art. 157 do Código Penal, de forma surpreendente, vez que se dizia buscar ali um aumento da repressão ao crime, e, *coram populo*, passou-se a permitir, no projeto não aprovado pelo Senado Federal, o uso de facas, por exemplo, ou qualquer outra arma imprópria, tudo a ser considerado roubo simples.

Portanto, quando o CORELE alterou a redação, Coordenação esta constituída por funcionários e não por representantes eleitos do Estado e do Distrito Federal, tornando ao PLS 149/2015 o dispositivo anteriormente suprimido, não realizou apenas alterações técnicas previstas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, e extrapolou a sua competência que é meramente de supervisão formal, alterando o teor material do PLS que havia sido aprovado pelo Senado Federal.

Obviamente, a supressão do inciso I do §2º do art. 157 do Código Penal se deu sem a aprovação do Congresso Nacional, sendo suprimido ilegalmente pela CORELE, e, portanto, criada em ambiente diverso do parlamento, por pessoas não competentes para tanto, não sendo discutida e emanada de parlamentares, antes de ser enviado para a sanção pelo Presidente da República.

Nota-se que mesmo o chamado "veto" de sentido" é vedado; o Presidente da República tem direito Constitucional ao veto, porém, se o projeto de lei, em exemplo, diz "não serão permitidos" e o veto incidir apenas o termo "não"



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

4ª Câmara Criminal

este veto será inconstitucional, porque não se limita ao exame do projeto, e sim, por subterfúgio, lhe altera o próprio sentido.

Evidentemente, se a Constituição reserva tais cuidados com o presidente da república, em caso de lei federal, como imaginar-se que permitiria que simples servidores alterassem um projeto votado por parlamentares, no exercício do mandato?

Tal defeito no processo legislativo se erige, naquele momento, em nulidade absoluta, e, pelo óbvio, nada que depois ocorra pode convalidá-lo.

Portanto, todo o restante, como a remessa à Câmara dos Deputados e, posteriormente, ao Presidente da República, não foi suficiente para convalidar a revogação do inciso I do §2º do art. 157 do Código Penal, sendo certo que, caso tivesse existido qualquer Emenda - o que não ocorreu, já que chegou à Câmara dos Deputados com redação diversa da aprovada - o projeto de lei precisaria voltar à Casa iniciadora, nos termos do Parágrafo Único do art. 65 da Constituição Federal. Não houve, repise-se, o pronunciamento bicameral necessário no processo legislativo.

Frise-se, e isto é de extrema importância, que a redação substitutiva (aprovada pela Senadora Simone Tebet, que afastava o parágrafo 3º do PLS 149/2015, que, por sua vez, era o que revogava o inciso I do §2º do art. 157 do Código Penal), impediria de forma absoluta a aprovação deste mesmo parágrafo.

Com efeito, diante do sistema bicameral, bastará que a Casa Revisora afaste certo tópico de um projeto,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

4ª Câmara Criminal

para que nada mais possa ser feito, até porque neste caso o Projeto retornou a Câmara dos Deputados por outras Emendas, jamais podendo ela afastar a rejeição ocorrida no Senado, a casa revisora.

Em suma, a malfadada mudança legislativa, que possibilitava a supressão do inciso I, do §2º do art. 157 do código Penal, foi sepultada ali.

Por oportuno mencionar que sequer a aquiescência do chefe do Poder Executivo, no caso, do Presidente da República que sancionou o projeto de lei, é suficiente para convalidá-lo, pois evado pela Inconstitucionalidade formal por afrontar o processo legislativo, não analisado integralmente pelo Senado Federal e, portanto, não submetido à análise bicameral. A propósito:

"E M E N T A: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - LEI COMPLEMENTAR Nº 122/94 DO ESTADO DE RONDÔNIA - DIPLOMA LEGISLATIVO QUE RESULTOU DE INICIATIVA PARLAMENTAR - SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE NÃO GOZADA EM VIRTUDE DE NECESSIDADE DO SERVIÇO - POSSIBILIDADE DE CONVERSÃO EM PECÚNIA - USURPAÇÃO DO PODER DE INICIATIVA RESERVADO AO GOVERNADOR DO ESTADO - OFENSA AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA SEPARAÇÃO DE PODERES - INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL - AÇÃO DIRETA JULGADA PROCEDENTE. PROCESSO LEGISLATIVO E INICIATIVA RESERVADA DAS LEIS - O desrespeito à prerrogativa de iniciar o processo legislativo, que resulte da usurpação do poder sujeito à cláusula de reserva, traduz vício jurídico de



PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

4ª Câmara Criminal

gravidade inquestionável, cuja ocorrência reflete típica hipótese de inconstitucionalidade formal, apta a infirmar, de modo irremissível, a própria integridade do ato legislativo eventualmente editado. Situação ocorrente na espécie, em que diploma legislativo estadual de iniciativa parlamentar autoriza a conversão em pecúnia da licença prêmio por assiduidade não gozada em razão de necessidade de serviço: concessão de vantagem que, além de interferir no regime jurídico dos servidores públicos locais, também importa em aumento da despesa pública (RTJ 101/929 - RTJ 132/1059 - RTJ 170/383, v.g.). A usurpação da prerrogativa de iniciar o processo legislativo qualifica-se como ato destituído de qualquer eficácia jurídica, contaminando, por efeito de repercussão causal prospectiva, a própria validade constitucional da norma que dele resulte. Precedentes. Doutrina. Nem mesmo a ulterior aquiescência do Chefe do Poder Executivo mediante sanção do projeto de lei, ainda quando dele seja a prerrogativa usurpada, tem o condão de sanar esse defeito jurídico radical. Insubsistência da Súmula nº 5/STF, motivada pela superveniente promulgação da Constituição Federal de 1988. Doutrina. Precedentes. SIGNIFICAÇÃO CONSTITUCIONAL DO REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS (CIVIS E MILITARES) - A locução constitucional "regime jurídico dos servidores públicos" corresponde ao conjunto de normas que disciplinam os diversos aspectos das relações, estatutárias ou contratuais, mantidas pelo Estado com os seus agentes. Nessa matéria, o processo de formação das leis está sujeito, quanto à sua válida instauração, por efeito de expressa reserva constitucional, à exclusiva iniciativa do Chefe do Poder Executivo. Precedentes." (ADI 1197, Relator: Min. Celso De Mello, Tribunal Pleno, julgado em 18/05/2017). (g.n.).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

4ª Câmara Criminal

Por fim, convém observar, a Lei nº 13.654, de 23 de abril de 2018, nos termos em que sancionada pelo Presidente da República, simplesmente, mesmo com os anúncios de "endurecimento penal", retirou o inciso I do §2º do art. 157 do Código Penal, criando outra causa de aumento para "armas de fogo", vale dizer, liberando o uso de armas brancas ou quaisquer armas impróprias, tudo a ser considerado roubo simples.

A par do evidente absurdo, uma norma destinada a aumentar a repressão aos incontáveis crimes de roubo que ocorrem no dia-a-dia, na verdade liberou o uso de facas para prática de tal crime; é fato que não era essa a intenção inicial, e que a tramitação deste processo legislativo vem eivado de nulidade, padecendo de inconstitucionalidade formal em sua tramitação.

Neste sentido, enfrentou a situação a Suprema Corte, em voto do então Ministro Néri da Silveira:

"Habeas Corpus. 2. Anistia criminal. 3. Paciente condenado como incurso no art. 95, letra "d", da Lei nº 8212, de 1991, a dois anos e quatro meses de reclusão, "pela prática do delito de omissão de repasse de contribuições previdenciárias aos cofres autárquicos". 4. Habeas corpus requerido em favor do paciente para que seja beneficiado pelo parágrafo único do art. 11, da Lei nº 9639 publicada no Diário Oficial da União de 26 de maio de 1998, em virtude do qual foi concedida anistia aos "responsabilizados pela prática dos crimes previstos na alínea "d" do art. 95 da Lei nº 8212, de 1991, e no art. 86 da Lei nº 3807, de 26 de agosto de 1960". 5. O art. 11 e parágrafo único foram inseridos no texto da Lei nº 9639/1998, que se publicou no Diário Oficial da



PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

4ª Câmara Criminal

União de 26.5.1998. Na edição do dia seguinte, entretanto, republicou-se a Lei nº 9639/1998, não mais constando do texto o parágrafo único do art. 11, explicitando-se que a Lei foi republicada por ter saído com incorreção no Diário Oficial da União de 26.5.1998. 6. Simples erro material na publicação do texto não lhe confere, só por essa razão, força de lei. 7. Caso em que o parágrafo único aludido constava dos autógrafos do projeto de lei, que veio assim a ser sancionado, promulgado e publicado a 26.5.1998. 8. O Congresso Nacional comunicou, imediatamente, à Presidência da República o fato de o parágrafo único do art. 11 da Lei nº 9639/1998 não haver sido aprovado, o que ensejou a republicação do texto correto da Lei aludida. 9. O dispositivo padecia, desse modo, de inconstitucionalidade formal, pois não fora aprovado pelo Congresso Nacional. 10. A republicação não se fez, entretanto, na forma prevista no art. 325, alíneas "a" e "b", do Regimento Interno do Senado Federal, eis que, importando em alteração do sentido do projeto, já sancionado, a retificação do erro, por providência do Congresso Nacional, haveria de concretizar-se, "após manifestação do Plenário". 11. Hipótese em que se declara, incidenter tantum, a inconstitucionalidade do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 9639/1998, com a redação publicada no Diário Oficial da União de 26 de maio de 1998, por vício de inconstitucionalidade formal manifesta, decisão que, assim, possui eficácia ex tunc. 12. Em consequência disso, indefere-se o "habeas corpus", por não ser possível reconhecer, na espécie, a pretendida extinção da punibilidade do paciente, com base no dispositivo declarado inconstitucional." (HC 77734, Relator(a): Min. NÉRI DA SILVEIRA, Tribunal Pleno, julgado em 04/11/1998, DJ 10-08-2000 PP-00005 EMENT VOL-01999-03 PP-00525 RTJ VOL-00174-02 PP-00552). g.n.



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

4ª Câmara Criminal

Portanto, por entender inconstitucional o art. 4º da Lei nº 13.654, de 23 de abril de 2018, e, por ser questão prejudicial ao mérito do pedido, deve ser submetida a julgamento pelo Órgão Especial desta Corte, conforme cláusula de reserva de plenário inserta no art. 97 da Constituição Federal, arts. 948 e ss. do Código de Processo Civil e Súmula Vinculante nº 10.

Ao fim, e ao cabo, verifica-se que, conforme extraído do sítio do Senado, o **TEXTO FINAL** do PLS 149/2015 (DOCUMENTO 4), este sim o projeto emanado daqueles que tinham as competências constitucionais para tanto, não consta a revogação do inciso I do §2º do art. 157 do Código Penal:

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
TEXTO FINAL

Do PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 149, DE 2015

Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que:

Altera o Código Penal para prever aumento de pena para o crime de roubo praticado com o emprego de arma de fogo ou de explosivo ou artefato análogo que cause perigo comum.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os artigos 155 e 157 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 dezembro de 1940 - Código Penal, passam a vigor com as seguintes alterações:

"Art. 155

Furto qualificado

(...)

§ 7º A pena é de reclusão de 4 (quatro) a 10 (dez) anos e multa, se houver emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

4ª Câmara Criminal

§ 8º A pena é de reclusão de 4 (quatro) a 10 (dez) anos e multa, se a subtração for de substâncias explosivas ou acessórios que, conjunta ou isoladamente, possibilitem a sua fabricação, montagem ou emprego.

(...)

"Art. 157

§ 2º A pena aumenta-se de um terço até metade:

(...)

VI - se a subtração for de substâncias explosivas, ou acessórios que, conjunta ou isoladamente, possibilitem a sua fabricação, montagem ou emprego.

§ 3º A pena aumenta-se de dois terços:

II - se há destruição ou rompimento de obstáculo mediante o emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum.

§ 4º Se da violência resulta lesão corporal grave, a pena é de reclusão, de sete a dezoito anos, além da multa; se resulta morte, a reclusão é de vinte a trinta anos, sem prejuízo da multa." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 08 de novembro de 2017.

Senador EDISON LOBÃO, Presidente

Posto isto, **RECONHEÇO** a inconstitucionalidade formal do art. 4º da Lei nº 13.654, de 23 de abril de 2018, e **SUSPENDO** o julgamento do mérito do recurso. **DETERMINO** a instauração de incidente de inconstitucionalidade com remessa ao Órgão Especial para apreciação, nos termos do art. 193 e seguintes do Regimento Interno deste E. Tribunal de Justiça.


EDISON BRANDÃO
Relator



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

4ª Câmara Criminal

DOCUMENTO 1 - PARECER

10 Novembro 2017

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Sexta-feira 133

00100 1754542017-61



**SENADO FEDERAL
PARECER (SF) Nº 141, DE 2017**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o processo Projeto de Lei do Senado nº149, de 2015, do Senador Otto Alencar, que Altera o Código Penal para prever aumento de pena para o crime de roubo praticado com o emprego de arma de fogo ou de explosivo ou artefato análogo que cause perigo comum.

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão
RELATOR: Senador Antonio Anastasia

08 de Novembro de 2017



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1988F520F94056
CONSULTE EM: <http://www.senado.gov.br/sigpatib/vr.aspx>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
4ª Câmara Criminal

134 Sexta-feira

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

10 Novembro 2017

00100.175454/2017-61

2

PARECER Nº , DE 2015

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 149, de 2015, de autoria do Senador Otto Alencar, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever aumento de pena para o crime de roubo praticado com o emprego de arma de fogo ou de explosivo ou artefato análogo que cause perigo comum.



SF/15983.03417-37

RELATOR: Senador ANTONIO ANASTASIA

I - RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 149, de 2015, de autoria do Senador Otto Alencar, que prevê aumento de pena para o crime de roubo, quando praticado com emprego de arma de fogo ou quando houver destruição ou rompimento de obstáculo, mediante o emprego de explosivo ou artefato análogo que cause perigo comum. O projeto ainda aumenta o limite máximo da pena do crime de roubo de que resulta lesão corporal grave e revoga, ao final, o inciso I do § 2º do art. 157 do Código Penal (CP).

O autor destaca na justificação que "os assaltos a agências bancárias com o emprego de explosivos têm crescido significativamente no Brasil. No Paraná, foram registrados 198 ocorrências em 2014. Em Alagoas, de um total de 40 assaltos (de janeiro a outubro), 30 aconteceram com o uso de explosivos. São Paulo é dos estados mais afetados por esse tipo de roubo a caixas eletrônicos. Só em janeiro de 2015 foram 28 ocorrências."

Não foram oferecidas emendas até o presente momento.

II - ANÁLISE

Não verificamos vícios de inconstitucionalidade, porquanto a matéria trata de direito penal, cuja competência para legislar é da União, por





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
4ª Câmara Criminal

10 Novembro 2017

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Sexta-feira

00100.175454/2017-61

135

3

qualquer membro do Congresso Nacional, por força dos arts. 22, I, e 48, caput, ambos da Constituição Federal.

No mérito, cabe notar que determinados crimes patrimoniais vêm sendo cometidos com a utilização de armamento pesado e de grande potencial destrutivo, como ocorre no crime de roubo, praticado mediante emprego de explosivos ou artefatos análogos. O principal alvo desse tipo de ação são os caixas eletrônicos.

É preciso, portanto, aperfeiçoar o tipo penal previsto no art. 157 do CP e, conseqüentemente, cominar uma pena mais severa ao criminoso que pratica o roubo, se valendo de explosivos ou materiais semelhantes. É importante que a Lei penal defina o fato criminoso o mais objetivamente possível, fazendo distinção entre condutas mais e menos graves. A proposta em exame é exatamente nesse sentido.

Lembramos, ainda, que o número de agências bancárias cresce a cada dia, e o horário de funcionamento dessas instituições se alarga na mesma proporção, fazendo com que aumentem as oportunidades de roubos. Com o crescimento da rede bancária também se multiplicam os postos de serviços bancários, os caixas eletrônicos e os carros fortes de transportes de valores, todos alvos da nova modalidade de roubo.

Assim, o PLS vem dar resposta aos incidentes envolvendo roubos, quando há destruição ou rompimento de obstáculo mediante o emprego de explosivo ou artefato análogo que cause perigo comum.

III – VOTO

Por conseguinte, opinamos pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 149, de 2015.

Sala da Comissão,

Presidente

Relator

cc2015-06257





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

4ª Câmara Criminal

DOCUMENTO 2 - EMENDA CCJ ADITIVA

136 Sexta-feira

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

10 Novembro 2017

00100 175454/2017.61

**PLS 149/2015
00001**

EMENDA Nº - CCJ (Aditiva)
(ao PLS nº 149, de 2015)

Acrescente-se aos artigos 155 e 157 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 dezembro de 1940 – Código Penal, na forma do art. 1º do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 149, de 2015, os seguintes dispositivos:

Art. 1º Os artigos 155 e 157 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 dezembro de 1940 – Código Penal, passam a vigor com as seguintes alterações:

“Art. 155
Furto qualificado.
(...)”

§ 7º - A pena é de reclusão de 4 (quatro) a 10 (dez) anos e multa, se houver emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum.

§ 8º - A pena é de reclusão de 4 (quatro) a 10 (dez) anos e multa, se a subtração for de substâncias explosivas ou acessórios que, conjunta ou isoladamente, possibilitem a sua fabricação, montagem ou emprego.

Art. 157.....
§ 2º. A pena aumenta-se de um terço até metade:
(...)”

VI - se a subtração for de substâncias explosivas, ou acessórios que, conjunta ou isoladamente, possibilitem a sua fabricação, montagem ou emprego.”

JUSTIFICAÇÃO

Em consonância com o objetivo deste projeto, que busca coibir a prática de crimes realizados com o emprego de arma de fogo e explosivos que cause perigo comum, esta emenda visa coibir, ainda, tanto a utilização de explosivos para a prática de crimes de furto como o próprio furto de substâncias explosivas ou acessórios que conjunta ou isoladamente possibilitem a sua fabricação, montagem ou emprego. Isto porque é indiscutível que a utilização de explosivos para a prática de crimes de furto, como por exemplo a explosão de caixas eletrônicos, é conduta que vai muito além dos danos e prejuízos materiais que acarreta, pois coloca vidas em risco e causa pânico na população.



SF17261 4403542





PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA
 4ª Câmara Criminal

10 Novembro 2017

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Sexta-feira 137

00100.175454/2017-61

2

Note-se que um dos motivos para o crescente número dos crimes praticados com o uso de explosivos é a falta de tipificação própria, que muitas vezes impede uma punição mais severa ao autor do delito.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres pares à aprovação da presente Emenda Aditiva ao PLS nº 149, de 2015.

Sala da Comissão,

Senadora SIMONE TEBET



SF/17261-44826-QC





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

4ª Câmara Criminal

DOCUMENTO 3 - RELATÓRIO DE REGISTRO DE PRESENÇA

138 Sexta-feira

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

10 Novembro 2017

00100 1754542017/41



4

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CCJ, 08/11/2017 às 10h - 49ª Ordinária
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Maioria (PMDB) (PMDB, PSD)		
TITULARES		SUPLENTES
JADER BARBALHO		1. ROBERTO REQUILÃO PRESENTE
EDISON LOBÃO	PRESENTE	2. ROMERO JUICA
EDUARDO BRAGA	PRESENTE	3. RENAN CALHEIROS
SIMONE TEBET	PRESENTE	4. GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	PRESENTE	5. WALDEMAR MOKA PRESENTE
MARTA SUPLICY		6. ROSE DE FREITAS
JOSE MARANHÃO	PRESENTE	7. HELIO JOSE PRESENTE

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)		
TITULARES		SUPLENTES
JORGE VIANA		1. HUMBERTO COSTA
JOSÉ PIMENTEL	PRESENTE	2. LINDBERGH FARIAS PRESENTE
FATIMA BEZERRA		3. REGINA SOUSA PRESENTE
GLEISI HOFFMANN	PRESENTE	4. PAULO RÓCHA
PAULO PAIM	PRESENTE	5. ANGELA PORTELA PRESENTE
ACIR GURGACZ	PRESENTE	6. VAGO

Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)		
TITULARES		SUPLENTES
AECIO NEVES		1. RICARDO FERRAÇO
ANTONIO ANASTASIA	PRESENTE	2. CASSIO CUNHA LIMA
FLEXA RIBEIRO	PRESENTE	3. EDUARDO AMORIM PRESENTE
RONALDO CAIADO		4. DAVI ALCOLUMBRE
MARIA DO CARMO ALVES	PRESENTE	5. JOSÉ SERRA

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)		
TITULARES		SUPLENTES
LASIER MARTINS	PRESENTE	1. IVO CASSOL
BENEDITO DE LIRA	PRESENTE	2. ANA AMÉLIA PRESENTE
WILDER MORAIS	PRESENTE	3. SÉRGIO PETEÇÃO PRESENTE

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE)		
TITULARES		SUPLENTES
ANTONIO CARLOS VALADARES	PRESENTE	1. ALVARO DIAS
LIDICE DA MATA		2. JOÃO CARIBERIBE PRESENTE
RANDOLFE RODRIGUES	PRESENTE	3. VANESSA GRAZZIOTIN PRESENTE

Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR)		
TITULARES		SUPLENTES
ARMANDO MONTEIRO	PRESENTE	1. CIDRINO SANTOS PRESENTE
EDUARDO LOPES	PRESENTE	2. VICENTINHO ALVES PRESENTE
MAGNO MALTA	PRESENTE	3. FERNANDO COLLOR

08/11/2017 14:48:21

Página 1 de 2



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9808F4E0F403E
URL: https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0022570-34.2017.8.26.0050.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
4ª Câmara Criminal

10 Novembro 2017

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Sexta-feira 139

00100.175454/2017-61



Senado Federal

5

Relatório de Registro de Presença

Não Membros Presentes

OTTO ALENCAR

08/11/2017 14:48:21

Página 2 de 2



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1888F9C01F4C8A
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por LUCIA HELENA NEVES REZENDE. Para acessar os autos processuais, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 0022570-34.2017.8.26.0050.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
 4ª Câmara Criminal

DOCUMENTO 4 - TEXTO FINAL DO PLS 149/2015

10 Novembro 2017

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Sexta-feira

00100 175454/2017-61

141

7



SENADO FEDERAL
 SECRETARIA-GERAL DA MESA
 SECRETARIA DE COMISSÕES
 COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

TEXTO FINAL

Do PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 149, DE 2015
 Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que:

Altera o Código Penal para prever aumento de pena para o crime de roubo praticado com o emprego de arma de fogo ou de explosivo ou artefato análogo que cause perigo comum.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os artigos 155 e 157 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passam a vigor com as seguintes alterações:

Art. 155

Furto qualificado

(...)

§ 7º A pena é de reclusão de 4 (quatro) a 10 (dez) anos e multa, se houver emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum.

§ 8º A pena é de reclusão de 4 (quatro) a 10 (dez) anos e multa se a subtração for de substâncias explosivas ou acessórios que, conjunta ou isoladamente, possibilitem a sua fabricação, montagem ou emprego.

(...)

Art. 157

§ 2º A pena aumenta-se de um terço até metade:

(...)

VI - se a subtração for de substâncias explosivas, ou acessórios que, conjunta ou isoladamente, possibilitem a sua fabricação, montagem ou emprego.

§ 3º A pena aumenta-se de dois terços:



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 19667420E7F03E
 CONSULETAS: <http://www.senado.gov.br/sgpweb/w3.php>



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA
 4ª Câmara Criminal

142 Sexta-feira

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

10 Novembro 2017

00100 175454/2017-61

8

I – se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma de fogo.

II – se há destruição ou rompimento de obstáculo mediante o emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum.

§ 4º Se da violência resulta lesão corporal grave, a pena é de reclusão, de sete a dezoto anos, além da multa; se resulta morte, a reclusão é de vinte a trinta anos, sem prejuízo da multa. (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 08 de novembro de 2017.

Senador EDISON LOBÃO, Presidente





PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA
 4ª Câmara Criminal

DOCUMENTO 5 - DECISÃO DA COMISSÃO

10 Novembro 2017

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Sexta-feira 143

00100 176490017-01

DECISÃO DA COMISSÃO

(PLS 149/2015)

NA 49ª REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, DURANTE A DISCUSSÃO DA MATÉRIA, O SENADOR ANTONIO ANASTASIA REFORMULA O RELATÓRIO, ACOLHENDO A EMENDA Nº 1 DE AUTORIA DA SENADORA SIMONE TEBET.

A COMISSÃO APROVA O PROJETO E A EMENDA Nº 1-CCJ.

08 de Novembro de 2017

Senador EDISON LOBÃO

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE USANDO O JARVIS (PLS 149/2015)
 CONSULTE EM <http://www.stf.gov.br> O SIGASSO PARA CONHECER OS DETALHES DO PROCESSO.